

Convenção Autárquica do PSD
Francisco Amaral
Alcoutim/2009

Desertificação do Interior

Convinha esclarecer que geralmente a desertificação vegetal, acompanha o despovoamento humano. Mas, nem sempre isso acontece. No caso da Serra Algarvia e em particular no concelho de Alcoutim, estamos a vencer a desertificação vegetal com a plantação de largos milhares de hectares de pinheiro manso, mas não estamos a conseguir vencer o despovoamento humano.

Embora este processo de despovoamento humano esteja a desacelerar, ainda não o conseguimos inverter.

O que se passa na Serra Algarvia, passa-se em todo o Alentejo e em quase todo o Interior do país.

Desde os anos 60 que se iniciou o êxodo dos Algarvios da Serra para o Litoral, para Lisboa, para a França ou Alemanha. Naturalmente à procura de melhores condições de vida e de melhor qualidade de vida.

Claro que este movimento só num sentido e durante meio século, originou uma área metropolitana de Lisboa e um Litoral-centro Algarvio hiper-povoados, hiper-cimentados, hiper-motorizados, com estrangulamentos irrecuperáveis e irreversíveis que, por muitas circulares externas e internas que façam em Lisboa, por muitos arranjos que façam na EN 125, duvido que o caos automobilístico se resolva e que a poluição atmosférica e sonora desapareçam. No fundo, o que assistimos durante as ultimas décadas por parte do Poder Central, foram meros planos de intenções, meros discursos sobre a desertificação do Interior e palavras pretensiosamente esperançosas de um país mais equilibrado e mais harmonioso. E, na prática, estimulou-se o êxodo do Interior para um Litoral com cada vez menos qualidade de vida. Ainda hoje, quando analisamos os PIDACs do Governo, só vemos investimentos públicos no Litoral e umas migalhas para a Serra e para o Interior. No fundo, a prática contradiz as apregoadas boas intenções de um pretense país mais equilibrado.

Este fenómeno da desertificação é um monstro todo poderoso que qualquer município “per si” sente-se manifestamente impotente para o vencer. E, caso haja real vontade de um dia um governo, que eu espero que seja já em Outubro um governo do PSD, de resolver esta situação, terá que tomar medidas agressivas. “Com paninhos quentes” não vamos lá.

Ninguém deixa de criar uma empresa em Lisboa ou no Litoral e vai fazê-lo no Interior, por ter um desconto de 5 ou 10 % no IRC. Terá que haver uma abolição do IRC para quem invista no interior.

O Ordenamento do Território terá que ser facilitador para quem queira construir uma habitação para residir ou um pavilhão para investir.

Ao contrário de certas orientações fundamentalistas, que nos impingiram uma estupidificante REN e outras reservas ou áreas ditas protegidas, que nada permitem, é possível, é desejável, compatibilizar a preservação ambiental e o desenvolvimento económico.

Claro que para alguns burocratas, que no fundo mandam, embora sem qualquer legitimidade democrática, é mais fácil dizer que não e muito mais a quem não tem dinheiro, poder ou influência política. Já dizer que não, a um ministro, é mais complicado. Daí, surgirem os “Freeports”...

Um velhote da Serra Algarvia que pretenda construir uma casa de banho na sua casinha e não o conseguir por ser REN, não interessa. Só para os altos interesses, é que há facilidades!

Ainda hoje, é mais fácil construir um bloco de apartamentos de dez andares em Quarteira, do que pequena casinha térrea em Alcoutim. Isto é no mínimo injusto, para não dizer criminoso.

Outro entrave que tem que ser ultrapassado é a burocracia deste país. Por exemplo, para emendar erros de cartografia da REN do próprio Ministério do Ambiente, o Município de Alcoutim, levou 9 anos de papeladas nos corredores deste Ministério. Foram 9 anos que ninguém conseguiu abrir uma janela ou fazer uma casa de banho nessas povoações.

Num congresso de Municípios há 4 anos, no Porto, o Sr. Eng. Sócrates afirmou, convictamente, que no espaço de um ano iria descentralizar competências nos Municípios nas áreas da Saúde, Solidariedade Social, Educação e Ordenamento do Território. No fundo, “lérias e mais lérias”. Tem que existir realmente transferência de competências nos Municípios e os autarcas têm que mandar nos seus territórios para os quais foram eleitos. Não acredito em “iluminados” do Terreiro do Paço nem de Faro.

Se realmente querem combater a desertificação, deverão existir outros estímulos financeiros para quem queira regressar ao Interior do país.

No caso particular do meu Concelho, apesar da ausência de qualquer estímulo Central, vamos conseguindo inverter este processo de despovoamento. O investimento privado num turismo de qualidade ligado à cinegética, ao golfe e ao rio, começam a ser uma realidade. Já existem indícios reais que vale a pena investir na Serra.

Já se começa a perceber que existe mais qualidade de vida na Serra: com todas as povoações electrificadas, água potável e saneamento básico, com boas vias de comunicação, com apoios municipais substanciais à infância, à juventude e à 3ª idade, com ar puro que aqui se respira, o silêncio, a beleza paisagística e ausência de stress automobilístico.

Estou particularmente convencido, num futuro risonho para Alcoutim. Só que eu gostaria que o futuro fosse já hoje e não, sabe-se lá quando...

Francisco Amaral
Alcoutim